

Alterações nas expressões da questão social da população em situação de rua

Verônica Martins Tiengo*

Resumo:

Este artigo discute a formação da população em situação de rua, sua vinculação ao modo de produção capitalista e suas alterações, do capitalismo comercial ao capitalismo neoliberal (desenvolvido no Brasil desde a década de 1990). Resgatam-se alguns elementos importantes como os “cercamentos” (fundamentais para a transição ao capitalismo). Faz-se a distinção entre os “mendigos” do capitalismo comercial (que viviam somente da mendicância) e a atual população em situação de rua que integra a classe trabalhadora e sua sobrevivência depende do trabalho informal.

Palavras-chave: População em situação de rua; capitalismo; superpopulação relativa; classe trabalhadora.

Changes in the expressions of the social issues of the homelessness

Abstract:

This article discusses the formation of the homelessness, your linking to the capitalist mode of production and its changes, from commercial capitalism to neoliberal capitalism (developed in Brazil since the 1990). Rescue a few important elements like the “enclosure” (instrumental in the transition to capitalism). A distinction is made between the “beggars” of capitalism (who lived from begging only) of the current homelessness integrate working class and your survival depends on informal work.

Keywords: Population in street situation; capitalism; relative overpopulation; working class.

Introdução

“Viver no meio da rua não é um problema novo. Se não é tão antigo quanto à própria existência das ruas, da vida urbana, remonta, pelo menos, ao renascimento das cidades, no início do capitalismo” (Bursztyn, 2001, p.19).

*Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo e membro do grupo de estudos e pesquisas sobre a Teoria Marxista da Dependência – Coletivo Anatólia de Melo, vinculado ao mesmo Programa. Vitória-ES, Brasil. Bolsista da Fundação de Amparo à pesquisa e inovação do Espírito Santo (FAPES). End. eletrônico: veronicatiengo@outlook.com

Em modos de produção anteriores ao capitalismo, a pobreza e a miséria levavam pessoas incapazes ao trabalho (por doença física, idade, viuvez ou orfanidade) a tentarem sobreviver nas ruas (Pereira, 2008; Netto, 2013). Na atual fase do capitalismo há uma produção material capaz de superar a miséria do mundo, mas sua lógica de produção desigual promove cada vez mais a pobreza aos que não conseguem se inserir no assalariamento formal. Trata-se da superpopulação relativa que atua como alavanca à produção e reprodução da acumulação capitalista (Netto, 2013; Marx, 2003).

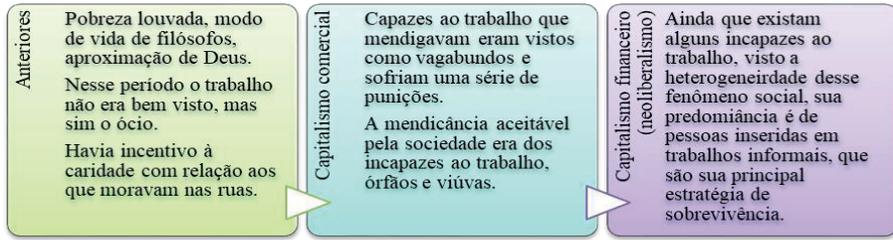
Antigamente, a mendicância possuía um perfil específico. O filósofo grego Diógenes de Sínope (413 a 323 a.C.) morava num barril e andava pela cidade com uma lâmpada acesa, dizendo que procurava um homem que vivesse em sua essência, sem se deixar-se influenciar por luxo, comodidade ou riqueza. Afirmava que o homem precisa de muito pouco para viver e que, ao morar na miséria de um barril, encontrara a total liberdade. A pobreza era valorizada, uma forma de aproximação das esferas divinas, e as pessoas costumavam praticar obras de caridade para garantir uma suposta salvação (Marconatto, 2018).

Durante a chamada fase de capitalismo comercial ou mercantilista (XV-XVIII), além das legiões de escravos que trabalhavam na extração de riquezas das colônias africanas e americanas de Portugal e Espanha, a população urbana também era escravizada pelas relações de mercado. Na Europa, os pobres “merecedores” de assistência tinham autorização para mendigar, sobreviver da caridade alheia, das doações das paróquias responsáveis por eles, órfãos, viúvas e demais incapazes ao trabalho. Na atual fase capitalismo financeiro ou neoliberal, mundialmente implantado a partir da década de 1980¹, pessoas que vivem o processo de situação de rua são trabalhadores desempregados, homens em idade economicamente ativa, mas condenados a compor a superpopulação relativa que tenta sobreviver do trabalho informal.

O quadro abaixo apresenta uma síntese das principais características da pobreza nas ruas nos modos de produção anteriores ao capitalismo, em sua fase comercial (mercantilista) e financeira (neoliberalismo):

¹ Observa-se a preponderância do trabalho informal no Brasil, a partir da implantação das políticas econômicas neoliberais pelos governos de Fernando Henrique Cardoso, a partir da década de 1990. Ver em Stoffels (1977), Di Flora (1987); Pereira (2008) e Vieira; Bezerra; Rosa (2004).

Figura 1: Rualização no contexto anterior e durante o capitalismo. Elaboração própria



Fonte: Estoffels (1977); Pereira (2008); Tiengo (2016)²

Do feudalismo ao capitalismo neoliberal: o trabalho e a pobreza

O modo de produção feudal desenvolveu-se desde a queda do Império Romano (476) e culminou com a tomada de Constantinopla (1453), com ápice entre 843 a 1054. Suas principais relações de produção caracterizaram-se pela descentralização do poder político dos senhores feudais e pela produção do trabalho servil dos camponeses (Koshiba, 2004).

A exploração do trabalho nas terras comunais ampliava-se com a cobrança de impostos, principalmente pelo uso da terra arável do senhor feudal, geralmente utilizada para criação de gado, retirada de lenha e turfa (Tavares, 2010)³. Ainda que incipiente, o excedente da produção (agrícola, campos, moinhos e cavalos⁴) era comercializado em feiras, embriões das cidades medievais (burgos).

Para assumir maior controle de suas terras, a partir do século XV, os senhores feudais realizaram os cercamentos das terras comunais, expulsando servos das terras aráveis, convertidas em pastagens para carneiros. Esse processo de cercamento foi primordial para a transição ao capitalismo, pois os camponeses expulsos migravam para as cidades, alimentando a indústria nascente, ainda que a oferta de vagas não atendesse a todos os desabrigados – que passaram a vagar entre Paróquias assistencialistas.

Nesse processo de transição do modo de produção feudal para a primeira fase do capitalismo, mercantilista (XV-XVII), a crescente população urbana

¹ Salientamos que a figura não tenta enclausurar cada momento, mas destacar a especificidade dessa questão social em todo o processo de desenvolvimento do capitalismo.

² Informação do curso de Formação Política Trabalho e Questão Social. Ministrado pela Professora Maria Augusta Tavares nos dias 25 a 30 de outubro de 2010, na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), em Vitória/ES.

³ A introdução de cavalos na Europa iniciou-se no século X, com o processo de expansão árabe-muçulmana e a criação das rotas comerciais que abasteciam o mercado dos burgos medievais.

miserável tentava viver da mendicância e pequenos assaltos, sofrendo severas punições. A partir do século XVIII, o trabalho fabril sustentará a fase da exploração industrial do império britânico, estabelecendo a regra do assalariamento⁵ como fundamental para a realização do capital:

O capitalismo é caracterizado por quatro conjuntos de esquemas institucionais e comportamentais: produção de mercadorias, orientada pelo mercado; propriedade privada dos meios de produção; um grande segmento da população que não pode existir, a não ser que venda a sua força de trabalho no mercado; e comportamento individualista, aquisitivo, maximizador, da maioria dos indivíduos dentro do sistema econômico (Hunt, 1992, p. 26).

No capitalismo a palavra-chave é acumulação, derivada da apropriação da mais-valia: a extração do maior valor do trabalho dos que possuem como única opção para viver a “venda” de sua força de trabalho. Assim, consolidam-se a relação capital-trabalho e a estrutura desigual de apropriação do valor pelos que detêm os meios de produção e os que apenas realizam o lucro.

A população em situação de rua ainda possui sua força de trabalho, mas dificilmente consegue “vendê-la” de maneira formal, restando-lhe o trabalho informal e instável, mas que atualmente apresenta índices crescentes em países latino-americanos⁶ – devido às recentes investidas do capitalismo monopolista neoliberal das grandes potências.

Este mundo visto por Marx (2003) como “encantado, distorcido e posto de cabeça para baixo, no qual Monsieur Le capital e Madame La Terre exercem suas fantasmagorias ao mesmo tempo como caracteres sociais e imediatamente como meras coisas”, valoriza o ter em detrimento do ser e vive o ideário burguês de que todos os homens são iguais perante a lei, mas que só pelo trabalho atingirão a felicidade: o trabalho “dignifica” o homem. Para Marx, esse mundo é “encantado” porque se baseia na inversão mágica da realidade burguesa: o furto do trabalho. A remuneração do trabalho torna-se quase uma relação de favor, pois os empregados agradecem ao patrão a chance de trabalhar, “naturalizando” as relações dessa exploração. Distorcido e posto de cabeça para baixo porque o trabalhador é alienado do produto do seu trabalho, que será acumulado pelos que não trabalham e se enriquecem e, quanto mais os detentores do trabalho vendem sua única mercadoria, e se esfalfam de tanto trabalhar, mais riquezas produzem e mais pobres ficam (Marx, 2003, p. 817).

⁶ No Brasil 70,9% tem como principal estratégia de sobrevivência em situação de rua trabalho informal, no Chile são 76,4% (Brasil, 2009; Chile, 2012).

Para Antunes (2003, p.58), o mundo das coisas é valorizado em detrimento ao mundo dos homens porque “No processo imediato de formação de mercadorias, ou melhor, dos produtos – este trabalha mais com as mãos, aquele trabalha mais com a cabeça, um como diretor, engenheiro, técnico, etc., outro como capataz, um outro como operário manual direto, ou inclusive como simples ajudante”.

Toda a classe trabalhadora é formada pelos que possuem como única mercadoria a sua força de trabalho, mas nem todos têm consciência de que fazem parte desta classe e acreditam trabalhar “livremente” para a classe capitalista que detém os meios de produção – ou para a fração burguesa dos “profissionais liberais” que atuam na gerência e diretorias empresariais. A ausência da consciência de pertencimento à classe trabalhadora é inversamente compensada pelo fortalecimento da consciência das classes e frações de classes dominantes.

Pela lógica de produção para a realização do lucro, a centralização da riqueza de um lado é necessariamente subtraída do outro lado, como faces de uma mesma moeda: a riqueza de um é inversamente proporcional à miséria do outro. No entanto, esse é o laço que amarra as relações de produção do capital. Em todo o mundo, miseráveis buscam diariamente serviços (bicos) pela rua e espaços públicos, sem qualquer aceitação nos espaços privados empresariais que os considera “excluídos” do sistema.

Para Antunes (2003), é impossível eliminar a classe-que-vive-do-trabalho, pois é fundante do modo de produção capitalista e de qualquer sistema econômico: os servos no feudalismo, os escravos e assalariados no capitalismo. Fundante da vida humana e essencial para o processo de humanização e socialização do homem, o trabalho é enclausurado pela forma assalariada, alienada e fetichizada. Passa a ter um caráter de subsistência, perde sua importância como atividade teleológica, pois a projeção é a própria subsistência e não a atividade em si. O trabalho transforma-se em mera mercadoria, pronta a ser comprada ou vendida, mas trabalhadores no capitalismo não têm satisfação no trabalho e não se reconhecem nele. A atividade vital é transformada em trabalho alienado e os que fazem as mercadorias não conseguem se reconhecer como seus reais criadores.

A superpopulação relativa permanece como exército de reserva, pois sem sua existência marginalizada não há capitalismo. Isso inclui as pessoas sem trabalho e sem casa, em situação de rua, ainda que não tenham a consciência dessa sua inclusão, pois nas sociedades burguesas, “quanto mais se desenvolve a produção, mais as relações sociais se alienam dos próprios homens, confrontando-se como potências externas que os dominam. Essa inversão sujeito e objeto, inerente ao capital como relação social, é expressão da história de auto-alienação humana” (Iamamoto, 2011, p. 30).

A sociedade capitalista não reconhece o trabalho humano, pois valoriza demasiadamente as máquinas, terrenos e meios de produção, ignorando os reais criadores que produzem as ferramentas e fazem a máquina funcionar. A força da ideologia burguesa esvazia a crueldade de seus métodos de exploração com os argumentos meritocráticos, da riqueza ou da pobreza.

No entanto, as contradições da lógica capitalista produzem crises cíclicas que requerem novas estratégias de sobrevivência. O esgotamento do *keynesianismo* fordista da década de 1930 despertou a teoria dos ideólogos do neoliberalismo, alegando que as políticas assistencialistas (para recompor as taxas de acumulação, após a crise de 1929) do Estado “benfeitor” keynesiano imobilizavam e desestimulavam as pessoas ao trabalho, porque só a manutenção da desigualdade força o indivíduo a trabalhar para o seu próprio “bem-estar”. Então, só a “liberdade” de mercado e o Estado “mínimo” poderia conduzir a economia para o crescimento e produção de riquezas.

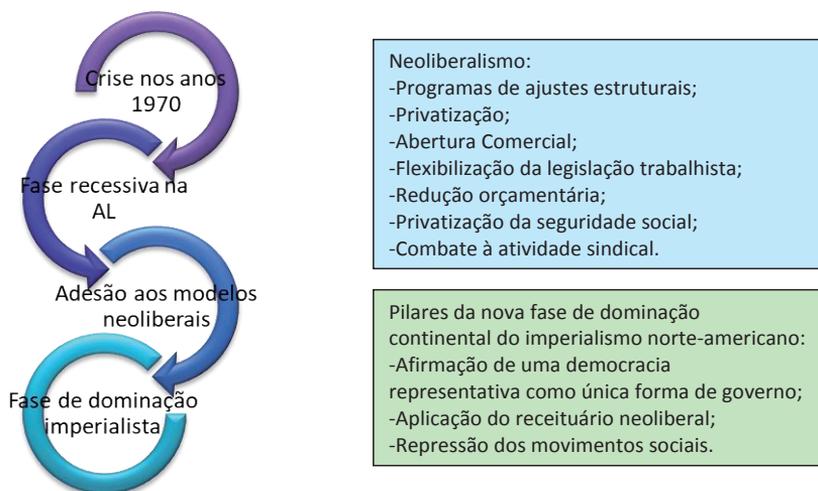
Na década de 1970, para “sair da crise”, os ideólogos do neoliberalismo apresentaram a fórmula financiada pelos organismos internacionais: o corte de gastos sociais para atender ao *superávit* primário, pagar a dívida externa e ampliar a taxa de juros de remuneração do capital financeiro. Pontualmente, essa fórmula ditava as seguintes medidas: Privatização; Redução dos custos de produção (redução dos custos da força de trabalho); Redução do funcionalismo público; Diminuição do gasto social do Estado (Montaño; Duriguetto, 2010).

A fórmula e as medidas neoliberais foram implantadas pelos governos conservadores, a partir do final da década de 1970, mas se estendendo ao mundo com nefastas consequências para os trabalhadores, que viram suas condições de trabalho precarizadas e precisaram se submeter crescentemente ao trabalho informal.

No Brasil, a receita neoliberal foi decretada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso: a) mercado de trabalho flexível, b) força de trabalho barata, quando comparada com os países de economia central, c) baixo nível de proteção social, que tem como pilar a focalização. O ataque aos direitos dos trabalhadores serviu para alavancar ainda mais a produção capitalista acompanhada da devida apropriação da mais-valia e a tendência da classe trabalhadora foi assumir posturas cada vez mais individualistas. A ofensiva do neoliberalismo brasileiro contra o trabalho se realizou com as medidas de reformas institucionais e a fundamental “reestruturação” produtiva: a redução dos custos empresariais, aceleração da flexibilidade do trabalho, destruição das regulações trabalhistas (Santos, 2012; Montaño; Duriguetto, 2010).

A figura abaixo sintetiza elementos fundamentais do neoliberalismo implantados no Brasil:

Figura 2: Elementos fundamentais da implantação do neoliberalismo no Brasil



Fonte: Montañó; Duriguetto (2010). Elaboração própria.

A implantação das políticas econômicas neoliberais no Brasil contou com a colaboração das empresas de jornalismo e demais meios de comunicação em massa para “desinformação e descaracterização das lutas e resistências dos trabalhadores, apresentando-os ora como ‘preguiçoso’ ora como ‘marajás’ ou ‘privilegiados’”. As lutas dos trabalhadores contra as privatizações e retrocessos inerentes ao neoliberalismo, como a precarização de políticas sociais foram tratadas como prejudiciais aos trabalhadores, como se fossem contra seus interesses: “Neste processo, inteiramente ideológico, o linguajar ocupa um espaço fundamental: ocupações de terra improdutivas são tratadas como “invasões”; manifestações populares são informadas como “baderna”, como “caos” nas vias públicas; greves nos serviços públicos como “falta de atendimento à população pobre” (Montañó; Duriguetto, 2010, p.196).

Atualmente, agravam-se as ofensivas neoliberais, com a aprovação de reformas de cortes de recursos principalmente para as áreas educação, saúde e previdência social, sob a alegação de estarem “falidas”. Para a “reforma da educação”, a especial proposta da eliminação de disciplinas que motivam à reflexão, como a Sociologia, a Filosofia e de preferência todas as da área das Ciências Sociais e Humanas.

O sistema financeiro permanece intocável, mas as reservas naturais e de mercado estão sendo sistematicamente desestatizadas, desnacionalizadas e pri-

vativada – cumprindo as determinações do receituário neoliberal. Ironicamente, o atual governo e os meios de comunicação conservadores indicam como único caminho possível para “sair da crise”: mais mudanças nas relações de trabalho (flexibilização, informalização); liberdade aos empresários para contratos de trabalho – ou nem isso.

É evidente que mudanças como essas precisam de sustentação ideológica contrária ao pensamento crítico defensor da igualdade social, dos direitos humanos e das necessárias condições dignas de vida aos trabalhadores. Esse embate se desenvolve necessariamente no campo político das correlações de forças, favoráveis ou contrárias ao modelo neoliberal determinado pelo capitalismo internacional.

População em situação de rua e identidade com o trabalho

A questão social está, portanto, envolta de “múltiplas determinações”. Não é um fator isolado que leva as pessoas à situação de rua, mas uma série de formas de exploração alicerçadas na relação contraditória entre capital e trabalho (Silva, 2009).

A população em situação de rua é um grupo heterogêneo, composto em sua maioria por homens sós, com vínculos familiares fragilizados, que estão sem um emprego fixo. Vivem em condições miseráveis, não têm acesso à moradia convencional, utilizam espaços públicos, e podem utilizar algum tipo de entorpecente:

As histórias dos moradores de rua evidenciaram uma vulnerabilidade habitacional prévia à sua condição de ter as ruas por moradia, incluindo favelas, casas abandonadas (mocós), hospedarias, internatos de menores, albergues, casas de ex-patrões e alojamentos de empresas [...] o ‘cair na rua’ não é um tombo de muito alto (Escorel, 2006, p.123).

Essa situação agrava-se gradativamente e tornam-se marcas de preconceito, medo e repulsa. São vistas como pessoas que não gostam de trabalhar, “indesejáveis”, “bandidos”, “loucos” e “vagabundos”, que devem ser retirados até das ruas. Porém, viver na rua “não significa a eliminação do trabalho, mas o abandono do compromisso constante e cotidiano do emprego, substituído por outras formas de trabalho, como os bicos, a coleta e venda de material reciclável etc.” (Vieira; Bezerra; Rosa, 2004, p. 97).

Entende-se o trabalho como a forma de o homem transformar a natureza, uma atividade unicamente humana, mas transportada para o campo moral da recompensa ou castigo da meritocracia burguesa:

A supervalorização do trabalho se dissemina por todos os estratos sociais: (...) os meios de comunicação bombardeiam a cabeça da população, levando-a a crer que a delinquência é oriunda da falta de vontade de trabalhar (...). Para a polícia a carteira de trabalho chega a ser, algumas vezes, o único documento válido (Carmo, 1992, p.12).

Com importância “nos corações e nas mentes” das pessoas, o trabalho identifica os indivíduos, direta ou indiretamente definidos pelo trabalho que realizam. Há um valor moral associado ao trabalhador honesto e ao chefe de família responsável que se opõe à delinquência e à marginalidade. Registra-se uma ética do provedor que atribui legitimidade àquele que, através do trabalho regular, mesmo com todas as dificuldades, consegue sustentar a família; pôr comida dentro de casa. A carteira assinada é, nesse contexto, um signo de trabalhador honesto e digno (Vieira; Bezerra; Rosa, 2004, p.18).

Seu papel de provedor sofre uma desqualificação e ele passa a ser alvo de pressão por parte da família, bem como do mercado de trabalho. Este é um dos caminhos possíveis de chegar até a rua, momentos em que o trabalhador, sob pressão, rompe os vínculos com a família e o trabalho, atravessando o limiar tênue que no imaginário social estabelece os parâmetros de uma ordem legítima de vida (Vieira; Bezerra; Rosa, 2004, p.19).

O trabalho é critério para determinar a legitimidade e a dignidade da existência do trabalhador. A identidade do trabalhador está constituída por um lado pela auto-representação, mediadora ou não da identidade de provedor, em que o indivíduo se reconhece como integrante do mundo do trabalho. Por outro lado, interfere também na identidade do trabalhador, a representação (reconhecimento, legitimidade, valorização) que a sociedade tem de suas atividades ocupacionais como trabalho digno, produtivo e socialmente útil (Escorel, 2006, p.196). A relação entre o trabalho e a identidade social deve-se ao fato de que “O trabalho está associado a desenvolvimento, crescimento pessoal, possibilidade de inserção e felicidade (...). A ideia de perda do trabalho é relacionada à perda de identidade, perda de condições de vida e de autoestima: ‘não trabalhar é estar pesado, morto’” (Porto Alegre *apud* Silva, 2009, p.170).

A existência da população em situação de rua está fortemente vinculada à falta de emprego e ao não acesso ao território que, somados a um conjunto de precariedades, levam os indivíduos ao processo de rualização. Todavia, é importante lembrar que fatos isolados dificilmente levam à situação de rua e essa expressão da questão social não é apenas a falta de moradia, ou de espaço no território.

A flexibilização do mercado de trabalho, com exigências cada vez maiores aos trabalhadores, que devem render o máximo no mínimo de tempo, a maior exploração do trabalho e intensificação do trabalho, faz com que poucas pessoas consigam inserção formal no mercado e, muitos fiquem fora, desempregados e realizem trabalhos temporários que nem sempre atendem às suas necessidades, e algumas pessoas, encontram como única saída a situação de rua (Vieira; Bezerra; Rosa, 2004).

A reestruturação produtiva brasileira reduziu a ocupações dos postos de trabalho ligados à área industrial e privilegiou as ocupações dos chamados setores de serviços (que não compensaram as perdas no setor industrial), reduziu o regime da carteira assinada, diminuiu os salários, estimulou a informalidade, a redução da proteção social e o agravamento da pobreza da classe trabalhadora. Portanto, elevação do desemprego estrutural buscou reduzir a importância do trabalho para a constituição das atuais relações de produção.

O desemprego representa as dificuldades financeiras que “interfere na própria representação que o trabalhador constrói de sua condição de desempregado”. A vergonha por não trabalhar destrói a condição de homem provedor da visão patriarcal de família. Tentando se “afastar dessa vergonha”, geralmente tenta-se buscar melhores condições de vida em outras regiões.

No entanto, a tentativa de migração nem sempre é bem sucedida e muitos acabam na situação de rua (Escorel, 2006, p. 94). Os depoimentos de migrantes imobilizados pela situação de miséria são semelhantes, como neste exemplo:

Às vezes eu penso em voltar, sabe? Mas voltar da forma que eu tô não posso não (...) eu tenho a maior vergonha de voltar pra minha casa da forma que eu tô, destruído, tinha que estar bem melhor, sabe? Ó só, vou falar uma coisa (...) sem dente, sem roupa, sem nada, sei lá, destruído totalmente, não volto não (Diário de Campo apud Escorel, 2006, p.147).

Considerações finais

Em modos de produção anteriores ao capitalismo, os chamados mendigos eram majoritariamente viúvas, órfãos ou incapazes ao trabalho. Essa situação de pauperismo agravou-se com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, em suas diversas fases: mercantilista, industrial ou financeira-neoliberal. Atualmente, a alta produtividade industrial não elimina a miséria, mas reforça sua lógica de produção desigual, destinando grupos humanos à miséria total ou ao trabalho informal. Trata-se da superpopulação relativa que, mesmo em situação de rua, está incluída na lógica de produção e reprodução da acumulação capitalista.

Essa população é formada majoritariamente por pessoas atingidas pelo desemprego, com desentendimentos familiares, uso de drogas ou pelas precárias condições de migração. São relações econômicas e sociais produzidas pelas relações de produção capitalistas, sob as quais os reais produtores encontram-se alienados do produto do seu trabalho, pela estratégia de extração de seu maior valor – transferido para os que não trabalham, mas detêm o meios de produção (capitalistas).

Ao trabalhador resta apenas tentar vender a sua força de trabalho para um mundo fetichizado, em que coisas tomam forma humana e humanos são coisificados. A naturalização da vida humana certamente não se realiza sob o modo de produção capitalista, que avança em estratégias imperialistas de produção de novos lucros, mas também de novas contradições.

Referências

- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2003.
- BRASIL. *Política nacional para inclusão social da população em situação de rua*. Brasília, 2009.
- BURSZTYN, Marcel (org.). *No meio da rua: nômades, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.
- CARMO, Paulo Sérgio. *A ideologia do trabalho*. São Paulo: Moderna, 1992.
- CHILE. En *Chile todos contamos: Segundo Catastro Nacional de Personas en Situación de Calle*. 2012.
- DI FLORA, Marilene Cabello. *Mendigos: Porque surgem, por onde circulam, como são tratados?* São Paulo: Vozes, 1987.
- SCOREL, Sarah. *Vidas ao léu*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.
- HUNT, E. K. *História do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: Vozes, 1992.
- IAMAMOTO, Marilda. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2011.
- KOSHIBA, Luiz. *História geral e do Brasil*. São Paulo: Atual, 2004.
- MARCONATTO, Arildo Luis. *Diógenes de Sínope (413-323 a.C.)*. Disponível em <http://www.filosofia.com.br/historia_show.php?id=30>. Acesso em 19 ago. 2018.
- MARX, Karl. *O capital. Crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

- MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. *Estado, classe e movimento social*. São Paulo: Cortez, 2011.
- NETTO, José Paulo. *A questão social na América Latina*. In: GARCIA, Maria Lúcia Teixeira; RAIZER, Eugênea Célia. *A questão social e as políticas sociais no contexto latino-americano*. Vitória: EDUFES, 2013.
- PEREIRA, Camila Potyara. *Rua sem saída*. Um estudo sobre a relação entre o Estado e a População de Rua de Brasília. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade de Brasília. 2008.
- SANTOS, Josiane Soares. *Questão social: particularidades no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2012.
- SILVA, Maria Lúcia Lopes. *Trabalho e população em situação de rua no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2009.
- STOFFELS, Marie Ghislaine. *Os mendigos na cidade de São Paulo – ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- TAVARES, Maria Augusta. Formação política, trabalho e questão social. Curso de Formação. *Jornal Mensal da ADUFES*, Vitória, Edição n. 3, 2010.
- TIENGO, Verônica Martins. *População em situação de rua: o fruto necessário à reprodução capitalista e a funcionalidade do trabalho informal*. Dissertação (Mestrado em Política Social). Universidade Federal do Espírito Santo, 2016.
- VIEIRA, Maria Antonieta; BEZERRA, Eneida Maria Ramos; ROSA, Cleisa Moreno Maffei. *População de rua: quem é, como vive, como é vista*. São Paulo: Hucitec, 2004.